

Governo distribui 310 mil kits escolares

Sebastião Pedro

As escolas das cidades-satélites receberam ontem 310 mil livros didáticos, que fazem parte do acervo de 600 milhões de exemplares comprados pelo Ministério da Educação para distribuição nos estados. O governador Joaquim Roriz e a secretária de Educação, Eurides Brito da Silva, fizeram também a entrega de 310 mil kits-escolas, contendo cada um quatro cadernos, dois lápis, uma borracha e um apontador.

A distribuição, como explicou o ministro da Educação Murílio Hingel, está dentro da proposta de tornar os livros acessíveis a todos os estudantes e eliminar a característica descartável que vinham assumindo. "Os livros distribuídos agora se destinam a estudantes da 1ª a 4ª série e devem ter duração de três anos", observa o ministro, para quem essa decisão, além de eliminar custos para o ministério (que não terá que fazer novas compras a cada ano), permitirá que, para o próximo ano, o programa seja ampliado também para os estudantes

de 5ª a 8ª série.

Merenda — Brasília, de acordo com as previsões do ministro da Educação, deverá contar, ainda neste semestre, com sete centros de atendimento ao menor e ao adolescente. O objetivo, segundo ele, é ampliar a assistência aos menores e garantir que a educação atinja plenamente seus objetivos. "O processo educacional exige longo prazo para apresentar resultados positivos, por isso, é necessário que se comece cedo". O Programa de Merenda Escolar foi outro ponto destacado ontem por Hingel, ressaltando que os recursos para este ano já estão orçados e atingirão US\$ 750 milhões. "É o maior programa de merenda escolar existente no mundo", comemora o ministro.

O programa dos livros didáticos, kits escolares e outras medidas são apontados pelo governador Roriz como uma demonstração de que a área educacional em Brasília está organizada e pronta para atender as necessidades da população.

Eurides critica cartel do livro

A secretária de Educação, Eurides Brito, voltou a criticar ontem, durante a distribuição de kits escolares e livros didáticos, "a cartelização do livro didático" e o Fundo Social de Emergência, que reterá 20% dos recursos destinados à educação. "Se é um fundo de emergência, por que tirar recursos da educação que vive em constante estado de emergência?", questiona a secretária. Para ela, as promessas de recursos suplementares no orçamento, que estão sendo feitas pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, não serão suficientes para evitar prejuízo consideráveis à educação.

A entrega de livros didáticos e material escolar, na avaliação da secretária, mostra que "o Ministério da Educação começou a acertar". Ela refere-se ao fato de que no ano passado os livros começaram a ser distribuídos no mês de agosto, "e agora, felizmente, coincide com o início do ano letivo". No final deste mês começaram a ser

entregues os livros de ciências e matemática que serão utilizados no próximo ano letivo.

A secretária critica a política adotada nos últimos 10 anos que deixava a critério do professor a escolha do livro didático. "Estava oficializada a bagunça na educação", comenta a secretária, lembrando que para reverter esse quadro, a Secretaria de Educação fez o levantamento dos autores indicados nas escolas e optou pelos dois que tiveram maior número de indicações, no entanto, ela observa que isso não interessa aos cartéis do livro didático, que vinham produzindo livro com modificações superficiais a cada ano sem mexer no conteúdo, mas mesmo assim aumentando consideravelmente os preços.

A educação em Brasília apresenta índices de conquistas consideráveis, observa a secretária, para quem isso é possível a partir do trabalho que vem sendo desenvolvido com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino.

Gerente aponta a concorrência

O gerente da Editora Saraiva, Marcos Pontes, afirma não existir cartelização do livro didático na cidade, mas sim uma grande concorrência entre as editoras em função da economia de mercado, contrariando a opinião da secretária de Educação Eurides Brito. Em relação ao projeto de lei do deputado Padre Jonas, que está tramitando na Câmara Legislativa, ele considera "absurda" a proposta de manter os livros de 1º grau pelo prazo de oito anos e os de 2º grau por três anos. "As mudanças na história mundial e os avanços científicos são tantos que somente a Bíblia dura tanto tempo", disse.

De acordo com Marcos Pontes, a aprimoração no acabamento gráfico dos livros didáticos tem sido

uma constante. "Queremos que os livros durem mais e tenham qualidade cada vez melhor", garante. Ele disse que os preços dos livros estão sempre abaixo da inflação, e que as reclamações dos pais na hora da compra têm apenas um motivo: os baixos salários. Segundo Marcos Pontes, se comparados em dólar, os valores dos livros são mais baratos do que há dois anos.

Mudança — "Se não tivéssemos incluído a Aids nos nossos livros didáticos, estaríamos atrasados em uma década", avaliou o gerente, ao contestar o projeto de lei contra as mudanças nos livros escolares. Ele explicou que as mudanças na história e na ciência não podem ser menosprezadas.



O ministro Hingel, o governador Roriz e a secretária Eurides Brito comandaram a distribuição